



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 013/2014/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014**

DADOS GERAIS

OBJETO: Contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (Local e Longa Distância) – STFC integrados por Central Telefônica Virtual; contratação de serviços de Móvel Pessoal – SMP, com tecnologia GSM (Global System for Mobile Communications) local (VC1) e longa distância (VC2 e VC3), no sistema digital pós-pago, através de plano empresarial, com a disponibilização de estações móveis (aparelhos), redes de dados e Internet, de acordo com as normas e regulamentos específicos aplicáveis aos serviços, pelos contratos ou termos de concessão, permissão ou autorização celebrados entre as prestadoras dos serviços e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; contratação de serviços de pacotes de dados para computadores móveis portáteis (Tablets); contratação de linhas de dados (Mini Modems), com tecnologia mínima 3G, para acesso ilimitado a Internet, através de notebooks, para a Câmara Municipal do Recife, tudo de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 15/05/2014 às 09:00 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 15/05/2014 às 09:30 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 15/05/2014 às 10:00 horas.

COORDENAÇÃO DO PROCESSO:

Pregoeiro: Marcello Falcão Novo

E-mail: licitacmr@recife.pe.leg.br

Fone: (81) 3301-1208

Fax: (81) 3301-1263

Endereço: Rua Monte Castelo, 131, 1º. Andar, Boa Vista, Recife - PE – CEP 50050-310.

A CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, por intermédio do seu pregoeiro designado pelas Resoluções nº 130/2014 e 135/2014, de 13/02/2014 e 20/02/2014 respectivamente, e equipe de apoio, torna público, para ciência dos interessados, que, às 10:00 horas do dia 15 de Maio de 2014, ou caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, realizará a licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por meio da utilização dos recursos de tecnologia da informação em Internet, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, consoante a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, a Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal do Recife nº 2495/2009 de 25/05/2009, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante as condições de segurança necessárias em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, devidamente habilitado e treinado nas atribuições de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas, disponível no endereço www.recife.pe.leg.br.

2 - DO OBJETO

Contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (Local e Longa Distância) – STFC integrados por Central Telefônica Virtual; contratação de serviços de Móvel Pessoal – SMP, com tecnologia GSM (Global System for Mobile Communications) local (VC1) e longa distância (VC2 e VC3), no sistema digital pós-pago, através de plano empresarial, com a disponibilização



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

de estações móveis (aparelhos), redes de dados e Internet, de acordo com as normas e regulamentos específicos aplicáveis aos serviços, pelos contratos ou termos de concessão, permissão ou autorização celebrados entre as prestadoras dos serviços e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; contratação de serviços de pacotes de dados para computadores móveis portáteis (Tablets); contratação de linhas de dados (Mini Modems), com tecnologia mínima 3G, para acesso ilimitado a Internet, através de notebooks, para a Câmara Municipal do Recife, tudo de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Edital..

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta da dotação orçamentária nº 01. 01. 2.001 3.3.90.39, consoante Nota de Empenho a ser emitida.

4 - REFERÊNCIAS DE TEMPO

4.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília-DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5 – DA PUBLICIDADE

O aviso deste Pregão será publicado no Diário Oficial do Município do Recife e na Internet, no endereço www.recife.pe.leg.br e jornal de grande circulação.

6 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

6.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública;
- b) Tenham sido declarados inidôneos em qualquer esfera de Governo;
- c) Estejam em processo de falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- d) Tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

6.3 - Será permitida a participação de empresas em consórcio, observado o disposto no Art. 33 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores:

- a) deverá ser apresentada comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) deverá haver a indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, obrigatoriamente fixadas no edital;
- c) deverão ser apresentados os documentos de habilitação por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação;

6.4 – Não será admitida a participação de empresas que estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, cujo ato tenha sido publicado em órgão de Imprensa Oficial ou que tenham tido falência decretada, em concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

6.5 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horários limites estabelecidos.

6.6 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.7 - Caberá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelas Licitantes, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

8.1 - Para participar do processo os interessados deverão obter, de forma gratuita, a senha de acesso pessoal ao sistema de compras eletrônicas. O processo de credenciamento será iniciado pela Licitante, através do endereço www.recife.pe.leg.br.

8.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema deverá acontecer, preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de recebimento das propostas, visando garantir ao Licitante, tempo hábil para obtenção da senha de acesso.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

8.3 - As empresas proponentes deverão enviar, no prazo acima estabelecido, ao endereço da Comissão de Pregão, situada na Rua Monte Castelo, 131 – 1º. Andar – Boa Vista – Recife – PE - CEP 50.050-310, os seguintes documentos: Ato Constitutivo; Estatuto ou Contrato Social em vigor, com todas as suas alterações ou Ato Constitutivo consolidado, devidamente registrado. No caso de sociedades por ações, tais documentos deverão ser acompanhados da Ata de Eleição de seus Administradores, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), RG e CPF/MF dos sócios, documentos imprescindíveis para liberação das senhas de acesso ao Portal de Compras Públicas desta Casa Legislativa.

8.3.1 - O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não estiverem sujeitos a quaisquer dos impedimentos legais, deverão apresentar declaração, em conjunto com a documentação constante do item 8.3, quando de seu credenciamento, informando sua condição de ME ou EPP, para fins de usufruto do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada.

8.4 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras eletrônicas utilizado.

8.5 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.6 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico promovido pela Câmara Municipal do Recife, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Administração, devidamente justificado.

8.7 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.8 - O credenciamento da Licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

9 – DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

9.1 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, sob pena de decadência do direito de impugnação.

9.2 – As impugnações e/ou os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Comissão de Pregão da Câmara Municipal do Recife, situada na Rua Monte Castelo, 131 – 1º. Andar – Boa Vista – Recife – PE - CEP 50.050-310, de 2ª a 6ª feira, no horário das 07:30 às 13:30 horas ou via sistema eletrônico, no Menu Pregão / Impugnar Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

9.3 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Pregão a proponente que o tendo aceitado sem objeção, venha, após o prazo mencionado no subitem 9.1 deste Edital e estabelecido no art. 12 do Decreto nº 3.555/2000 e no art. 18 do Decreto nº 5.450/2005, a apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

10 - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1 - A Licitante deverá observar as datas e os horários limites, previstos no preâmbulo deste edital, para o envio da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

10.2 - Na Proposta devem estar previstos todos os custos diretos e indiretos pertinentes à formação dos preços do objeto, incluindo despesas com impostos, fretes, seguros, taxa de utilização do sistema e demais encargos, direto ou indireto, não especificado neste Pregão, considerando-se estas como inclusas nos valores ofertados quando não mencionadas, não sendo lícita a cobrança posterior de qualquer ônus, ficando a licitante obrigada a fornecer o objeto pelo valor resultante de sua Proposta/Lance.

10.3 - A apresentação da(s) proposta(s) implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10.4 - Na proposta de preços deverá constar o preço unitário e total por item e total global para os 12 meses, em moeda corrente do país, em algarismo com no máximo duas casas decimais (Ex.: R\$ 5,33).

11 - ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO

11.1 – A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 01/2014, com a divulgação das propostas de preços recebidas, com forme o Edital e de acordo com o Decreto Federal nº 5.450/2005.

11.2 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

12 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1 - Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

12.2 - Caso a licitante não tenha interesse em baixar o seu lance, em relação ao primeiro colocado, este poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, sendo o mesmo registrado pelo sistema.

12.3 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

12.4 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 20 (vinte) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

12.5 – Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

12.6 – Após a fase de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

12.7 – Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem nas hipóteses dos parágrafos 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

13 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 - Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE PARA 12 MESES**. A especificação da proposta deverá atender fielmente ao solicitado no edital, e os preços deverão ser expressos em reais, com no máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.2 - O valor máximo aceitável para o objeto desta licitação é de R\$ 1.828.066,08 (um milhão oitocentos e vinte e oito mil sessenta e seis reais e oito centavos) para o período de 12 meses, considerado o valor máximo mensal de R\$ 152.338,84 (cento e cinquenta e dois mil trezentos e trinta e oito reais e oitenta e quatro centavos), sendo:

a) **LOTE 01 – TELEFONIA FIXA: R\$ 351.534,00** (trezentos e cinquenta e um mil quinhentos e trinta e quatro reais) para o período de 12 meses, considerado o valor máximo mensal de R\$ 29.294,50 (vinte e nove mil duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos); e

b) **LOTE 02 – TELEFONIA MÓVEL: R\$ 1.476.532,08** (um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e trinta e dois reais e oito centavos) para o período de 12 meses, considerado o valor máximo mensal de R\$ 123.044,34 (cento e vinte e três mil quarenta e quatro reais e trinta e quatro centavos). – **ESTE LOTE NÃO SERÁ LICITADO**

13.3 - As Propostas Iniciais que não estiverem em conformidade com o art. 4º, inciso VIII da Lei Federal nº 10.520/2002 e/ou não estiverem em conformidade com o art. 48, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, serão automaticamente desclassificadas.

13.4 - Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, quer sejam por omissão ou por apresentarem irregularidades insanáveis.

13.5 - Serão desclassificadas, ainda, as propostas que apresentarem taxas inexequíveis (valores simbólicos, irrisórios, de valor zero ou negativos), incompatíveis com os custos operacionais e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o Edital desta Licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

13.6 - O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

13.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á por sorteio.

13.8 - Da licitante vencedora será exigida a apresentação da Proposta de Preços atualizada: 1) em 24 (vinte e quatro) horas, via correio, fax, e-mail ou qualquer outro meio disponível e 2) em até 03 (três) dias úteis, 01 (uma) via original, emitida em papel timbrado da empresa, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e rubricada pelo representante legal, bem como conter local e data, com os respectivos **valores readequados** ao valor total representado pelo lance vencedor, contendo:

- a. Valor total em Real (R\$), com o máximo de duas casas decimais, sobre os valores ofertados apresentando:
 - a1. Valores unitários e totais, por item;
 - a2. Planilhas de custo, identificando todos os itens ofertados;
- b. O prazo de execução dos serviços, contados a partir da data da assinatura do contrato;
- c. Indicação do representante legal da empresa para a assinatura do contrato;
- d. Conter declaração expressa da licitante de que, nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, contribuições e quaisquer outros custos incidentes sobre o fornecimento objeto desta licitação;
- e. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

14 – DA HABILITAÇÃO

14.1 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta comprovará sua situação de regularidade para fins de habilitação. Esta comprovação dar-se-á mediante encaminhamento de envelope lacrado contendo a documentação original ou cópia autenticada, em até 03 (três) dias úteis, contados a partir do término da sessão de disputa, contendo a seguinte identificação;

Ao Pregoeiro da
CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014 - PROCESSO Nº 013/2014/SCG
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço completo)

14.2 – Dentro do envelope de habilitação deverá constar, necessária e exclusivamente, via original ou cópia **previamente** autenticada, dos seguintes documentos:

14.2.1 – Quanto à habilitação jurídica:

- a) Tratando-se de sociedade comercial, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor com todas as suas alterações ou Ato Constitutivo consolidado, devidamente registrado. No caso de sociedades por ações, tais documentos deverão ser acompanhados da Ata de Eleição de seus Administradores;
- b) Tratando-se de sociedades civis, Ato Constitutivo, com todas as alterações, bem como sua inscrição, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- c) Tratando-se de empresa ou sociedade estrangeiras Decreto de Autorização e Ato de Registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Tratando-se de empresa individual, o Registro Comercial;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

14.2.2 – Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, em cumprimento aos encargos sociais instituídos por lei (CND);
- c) Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, que se dará mediante a apresentação da Certidão de Quitação de Tributos Federais e da Certidão quanto à Dívida Ativa da União;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, dentro do prazo de validade.

14.2.3 – Quanto à qualificação econômico-financeira:

14.2.3.1 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social já exigíveis, assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP/DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

14.2.3.1.1 – Serão considerados, na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

- a. Na Sociedade regida pela Lei nº 6.404/76, Sociedade Anônima ou por Ações, deverão ser apresentados em publicação do Diário Oficial, ou publicados em jornal de grande circulação, ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- b. Na Sociedade por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA), deverão ser apresentados por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Será rigorosamente observada a exigibilidade do balanço para o exercício social determinado no Ato Constitutivo;
- c. Nas Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei 9.317, de 05 de dezembro de 1996 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”, por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

d. Na Sociedade criada no exercício em curso, fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

14.2.3.1.2 - As demonstrações que comprovem a boa situação financeira da licitante serão analisadas através do seguinte índice:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (ILC)} \\ \text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

14.2.3.2 – As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 01 (um) no índice citado no subitem 14.2.3.1.2, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração e, a critério da autoridade competente, o capital ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, como exigência imprescindível para sua classificação, podendo ainda ser solicitada prestação de garantia na forma do parágrafo 1º do artigo 56 do mesmo diploma legal para fins de contratação.

14.2.3.3 - Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, a menos de 60 (sessenta) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo deste Edital.

14.2.4 – Quanto à qualificação técnica:

Atestados em nome da empresa proponente, como contratada principal, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter a licitante desempenhado atividade pertinente e compatível, em características e complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à da presente licitação. Os originais dos atestados poderão ser solicitados pela Comissão para fins de conferência.

14.2.5 – Deverá constar, ainda:

Declarações prestadas pelo representante legal da empresa, emitida em papel timbrado, com carimbo da empresa, conforme modelos constantes dos Anexos II, III e IV deste Edital.

15 – DOS RECURSOS

15.1 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no Processo para responder pelo proponente.

15.2 - Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro poderá fazê-lo manifestando sua intenção, com registro da síntese das suas razões, via sistema eletrônico, sendo-lhe obrigatório juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do Recorrente.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

15.3 - A falta de manifestação imediata e motivada via sistema eletrônico, importará a preclusão do direito de recurso.

15.4 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.5 - Os recursos contra as decisões do pregoeiro, referentes ao julgamento de habilitação ou inabilitação das licitantes ou ainda julgamento das propostas, terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

15.6 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7 - Os recursos deverão ser endereçados ao Pregoeiro e entregues na sala da Comissão de Pregão, situada na Rua Monte Castelo, nº 131, 1º andar, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-310.

16 – DO CONTRATO

16.1 – Homologado o resultado desta Licitação, a Câmara Municipal do Recife convocará imediatamente a(s) empresa(s) vencedora(s) para a assinatura do Contrato, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

16.1.1. – O prazo para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma vez, desde que requerido por escrito, no transcurso do lapso temporal de que trata o subitem anterior, e em face de justificativa aceita pela Administração.

16.2 – A recusa injustificada da(s) empresa(s) em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal do Recife, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a(s) às penalidades legalmente estabelecidas.

16.3 – Na hipótese do item anterior, a Câmara Municipal do Recife poderá convocar as licitantes remanescentes, sendo observada a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.4 - O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

16.5 – É vedada a subcontratação total dos serviços objeto desta licitação, sendo permitida a subcontratação parcial dos mesmos, desde que aprovada pela Câmara Municipal do Recife.

17 – DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

17.1 – Os serviços objeto desta licitação deverão ser executados para a Câmara Municipal do Recife, situado no Edifício Sede e Anexos da Câmara Municipal do Recife, localizados nos endereços informados no Anexo I deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

18 – DO RECEBIMENTO

18.1 - O objeto desta licitação será recebido pela Assessoria Especial da 1ª. Secretaria desta Câmara Municipal do Recife, mediante a comprovação da adequação do objeto aos termos contratuais, que, aceitando-o, atestará a fatura correspondente. Em caso de rejeição, fica, desde já, ciente a CONTRATADA de que deverá providenciar, incontinenter, sua correção e /ou substituição, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas no Item 24, bem como as demais sanções legais cabíveis.

18.2 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá o vencedor do certame da responsabilidade quanto à ética profissional pela perfeita execução do objeto, observando-se o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93.

19 – DA FISCALIZAÇÃO

19.1 – A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução do contrato ficará a cargo da Assessoria Especial da 1ª. Secretaria da Câmara Municipal do Recife.

19.2 – Após a assinatura do Contrato, deverão ser fornecidos aos responsáveis pela fiscalização todos os elementos necessários ao cumprimento de sua obrigação, e quando tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada deverá, de imediato, comunicar por escrito à Procuradoria Legislativa da Câmara Municipal do Recife, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, neste edital e no contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1 - Constituirão obrigações da Contratada, além das disposições previstas na Lei Federal nº 8666/93, as constantes na Cláusula Quinta da Minuta do Contrato (Anexo V deste Edital).

21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1 - Constituirão obrigações da Contratante, além das disposições previstas na Lei Federal nº 8666/93, as constantes da Cláusula Sexta da Minuta do Contrato (Anexo V deste Edital) e no item 11 do Termo de Referência.

22 – DO PAGAMENTO

22.1 - O pagamento dar-se-á mensalmente pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, e será efetuado até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencido, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente atestada pela Assessoria Especial da 1ª. Secretaria.

23 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

23.1 - A inexecução total ou parcial, caracterizada pelo atraso na entrega do objeto licitado, poderá ser considerada como recusa e ensejar a rescisão contratual.

23.2 - Aplica-se, no que couber, ao Contrato, as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal do Recife, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

24.2 – Pela inexecução total ou parcial, ou ainda pelo atraso injustificado na execução do objeto do Contrato a ser firmado entre as partes, a Câmara Municipal do Recife, garantida a prévia defesa, poderá aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I) Advertência;
- II) Multa nos seguintes termos:
 - a) Pelo atraso no fornecimento dos equipamentos, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) do valor contratado por dia decorrido, até o limite de 10% do valor contratado;
 - b) Pela recusa em realizar o fornecimento dos equipamentos, caracterizado em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% do valor contratado.
- III) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- IV) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

25 - DOS ANEXOS

25.1 - Integram o presente edital: o Termo de Referência (Anexo I); a Declaração de que o licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Anexo II); a Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos e Supervenientes (Anexo III); o Modelo de Declaração de Emprego de Menores (Anexo IV) e a minuta do Termo de Contrato (Anexo V).

26 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções do serviço em até vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

26.2 - A Câmara Municipal do Recife poderá revogar a presente licitação, por interesse público, e deverá anulá-la por ilegalidade, "de ofício" ou mediante provocação de terceiros, sempre em despacho fundamentado.

26.3 – A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das normas constantes do presente edital.

26.4 – A(s) empresa(s) contratada(s) será(ão) responsável(is) pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme o art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

26.5 – Fica assegurado à Câmara Municipal do Recife o direito de verificar a exatidão das informações prestadas pelas licitantes, antes e após a adjudicação;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

26.6 – Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, que se baseará nas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 5.450, de 01/07/2005, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, e ainda pelas condições e exigências estabelecidas neste edital.

26.7 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.

26.8 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

26.9 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

26.10 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município do Recife.

26.11 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.

26.12 – Outros esclarecimentos serão fornecidos na Sala da Comissão de Pregão, situada na Rua Monte Castelo, 131 – 1º. Andar – Boa Vista – Recife – PE - CEP 50.050-310, de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 às 12:00 horas.

26.13 - O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

Recife, 25 de Abril de 2014.

Marcello Falcão Novo
Pregoeiro

Débora Gurgel Marques
Membro da Equipe de Apoio

Daniel Vieira de Melo
Membro da Equipe de Apoio

Marcela Maria Melo de Freitas
Membro da Equipe de Apoio

Felipe Costa Coelho
Membro da Equipe de Apoio



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

PROCESSO Nº 013/2014/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA E MÓVEL

1. OBJETO

Contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (Local e Longa Distância) – STFC integrados por Central Telefônica Virtual; contratação de serviços de Móvel Pessoal – SMP, com tecnologia GSM (Global System for Mobile Communications) local (VC1) e longa distância (VC2 e VC3), no sistema digital pós-pago, através de plano empresarial, com a disponibilização de estações móveis (aparelhos), redes de dados e Internet, de acordo com as normas e regulamentos específicos aplicáveis aos serviços, pelos contratos ou termos de concessão, permissão ou autorização celebrados entre as prestadoras dos serviços e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; contratação de serviços de pacotes de dados para computadores móveis portáteis (Tablets); contratação de linhas de dados (Mini Modems), com tecnologia mínima 3G, para acesso ilimitado a Internet, através de notebooks, tudo em conformidade com as condições e especificações a seguir apresentadas, para atender às demandas da Câmara Municipal do Recife.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação dos serviços tendo em vista a necessidade de dotar permanentemente os parlamentares e demais servidores de meios de comunicação em qualquer local, dentro ou fora do estado de Pernambuco.

3. OBJETIVOS

3.1 - Dotar a Câmara Municipal do Recife de meios eficientes e ágeis de comunicação entre os parlamentares e servidores, em razão da necessidade de utilização de telefones celulares;

3.2 - Economizar recursos orçamentários nas ligações efetuadas de telefones fixos, integrados à central telefônica instalada no edifício-sede, para telefones celulares, mediante a utilização de sistemas de integração fixo-móvel instalados na central telefônica, possibilitando, assim, a realização de ligações celular/celular, de tarifas mais baixas do que as ligações fixo/celular.

4. DEFINIÇÕES IMPORTANTES

4.1. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL: Entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, com sede no Distrito Federal, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações;

4.2. Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC: Serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia;

4.3. Serviço Móvel Pessoal – SMP: Serviço de telecomunicações móvel terrestre de interesse coletivo que possibilita a comunicação entre estações móveis e de estações móveis para outras estações. O SMP é caracterizado por possibilitar a comunicação entre estações de uma mesma Área de Registro do SMP ou acesso a redes de telecomunicações de interesse coletivo;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

- 4.4. Serviço de Mensagens Curtas – SMS:** Serviço de mensagens de texto, com até 160 caracteres;
- 4.5. Central Telefônica Virtual:** Serviço de ativação de ramais fixos, ofertado por empresa prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado, em localidades diversas, de modo que operem como se integrantes de uma única Central Privada de Comutação Telefônica - CPCT, preservando, inclusive, suas facilidades de programação e operação;
- 4.6. Área Local:** Área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade local;
- 4.7. Telefonia Local:** Serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma Área Local;
- 4.8. Área de tarifação básica - ATB:** Parte da área local dentro da qual o serviço é prestado ao assinante, em contrapartida aos serviços ou preços do plano de serviços de sua escolha, sem valores adicionais para atendimento;
- 4.9. Prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado:** Empresa outorgada/autorizada para prestar serviço telefônico fixo comutado nas modalidades local, nacional ou internacional;
- 4.10. Perfil de Tráfego:** Quantitativo médio mensal estimado, em minutos, de ligações telefônicas efetuadas, em função do horário e das localidades de destino de maior ocorrência e levando em consideração o tempo médio de duração das chamadas;
- 4.11. Distância Geodésica:** É a menor distância entre dois pontos possível de ser percorrida por um móvel. Por exemplo, a menor distância entre o Brasil e o Japão é uma linha reta, porém um avião não pode fazer este percurso, pois a superfície da Terra é redonda, então o menor percurso possível de ser realizado é uma curva chamada geodésica;
- 4.12. Código de Área:** Identificação de uma área de numeração fechada da rede pública de telecomunicações ou de um acesso a um serviço com abrangência nacional, cujo formato é (AB). Exemplo: Estado de Pernambuco – 81, Estado da Paraíba – 83;
- 4.13. Valor de Comunicação – VC's:** Tarifas para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado ou Serviço Móvel Pessoal destinado ao uso do público nas chamadas envolvendo usuários do Serviço Móvel Pessoal – SMP;
- 4.13.1. Valor de Comunicação 1 – VC-1: Considera-se VC-1 as chamadas que envolvam um terminal SMP (originando, recebendo ou ambos) no qual tanto chamador como receptor possuam o mesmo código de área;
- 4.13.2. Valor de Comunicação 2 VC-2: Considera-se VC-2 as chamadas que envolvam um terminal SMP (originando, recebendo ou ambos) no qual tanto chamador como receptor possuam a mesma área de mobilidade;
- 4.13.3. Valor de Comunicação 3 VC-3: Considera-se VC-3 as chamadas que envolvam um terminal SMP (originando, recebendo ou ambos) no qual chamador e receptor possuam áreas de mobilidade distintas;
- 4.14. Índice de Serviços de Telecomunicações - IST:** Índice normatizado pela Resolução nº 420 da ANATEL para ser aplicado no reajuste e atualização de valores associados à prestação de serviços de telecomunicações;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

4.15. Discagem Direta Gratuita – DDG (0800): Serviço de telecomunicações que permite o recebimento de chamadas com inversão de tarifação, em que o receptor e não o originador arca com os custos da chamada;

4.16. Unidade de Resposta Audível – URA: Serviço ou sistema interativo que permite a resposta automática de chamadas através de mensagens personalizadas, permitindo ainda a interação entre o usuário e a mesma, através da interpretação automática de opções discadas pelo usuário chamador através do teclado do telefone.

5. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS E SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Para atendimento às necessidades técnicas será admitida a constituição de consórcios, observada a legislação brasileira que regula a matéria e a subcontratação de empresas fornecedoras de produtos e/ou serviços necessários à composição da solução, de acordo com as exigências previstas no Edital e seus Anexos.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Para garantir maior racionalização e objetividade à administração do contrato de prestação do serviço de comunicação, a Câmara Municipal do Recife e a Contratada deverão indicar, oficialmente, no ato da assinatura do contrato, profissionais que os representarão, passando a atuar como Gestores do Contrato.

6.2. Os gestores do contrato ficarão responsáveis pelas atividades de planejamento, coordenação e controle da execução de todo o projeto, além do acompanhamento do cumprimento dos prazos e metas estabelecidos, além da aprovação das faturas relativas à prestação dos serviços.

6.3. Ao Gestor do Contrato nomeado pela Câmara Municipal do Recife caberá, entre outras atribuições:

6.3.1 Zelar para que as atividades a cargo da Câmara Municipal do Recife sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos;

6.3.2 Acompanhar execução dos serviços a cargo da Contratada, permitindo, sempre que informado previamente, o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais por ela subcontratados, às instalações da Câmara, de modo a possibilitar a execução das implantações, ampliações e manutenções preventivas, a fim de fazer cumprir o objeto licitado;

6.3.3 Zelar para que os serviços de manutenções corretivas sejam executados dentro dos prazos contratuais, com os respectivos registros dos códigos de abertura dos chamados, que garantirão o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais terceirizados pela Contratada, às instalações da Câmara;

6.3.4 Zelar para que os profissionais alocados pela Contratada para prestação dos serviços só tenham acesso às dependências da Câmara mediante apresentação de cartões de identificação profissional com fotografia e número de identidade;

6.3.5 Manter registro das atividades relacionadas ao desenvolvimento do contrato;

6.3.6 Agendar reuniões periódicas com a Contratada para avaliação dos serviços prestados, recomendar alternativas de soluções para os problemas detectados, apontando eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços e solicitando imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

6.3.7 Conferir pormenorizadamente os valores cobrados nas faturas emitidas pela Contratada.

6.4. À Contratada, através do Gestor do Contrato por ela nomeado, caberá, entre outras responsabilidades:

6.4.1. Assegurar o sigilo sobre as informações relativas à Câmara Municipal do Recife;

6.4.2. Zelar para que as atividades a cargo da Contratada sejam cumpridas dentro dos prazos estabelecidos;

6.4.3. Assegurar a capacitação necessária das equipes responsáveis pela realização dos trabalhos;

6.4.4. Acompanhar a execução dos serviços, solicitando, com antecedência, o acesso de seus técnicos, bem como dos profissionais subcontratados, às instalações da Câmara Municipal do Recife, de modo a possibilitar a execução das implantações, ampliações e manutenções preventivas, a fim de fazer cumprir o objeto licitado;

6.4.5. Zelar para que os serviços de manutenção corretiva sejam executados dentro dos prazos contratuais, mediante registros dos códigos de abertura dos chamados, que garantirão o acesso dos técnicos, bem como dos profissionais terceirizados pela Contratada, às instalações da Câmara;

6.4.6. Zelar pela permanente manutenção dos equipamentos que compõem o objeto do contrato, garantindo boas condições de funcionamento, providenciando todos os ajustes, reparos e substituições de peças que se façam necessárias, durante o período contratual, exceto para os aparelhos móveis, cujas responsabilidades serão transferidas aos fabricantes;

6.4.7. Garantir que nas substituições de equipamentos em operação, em caso de defeitos, os novos equipamentos operem com qualidade igual ou superior, pelo tempo necessário até a devolução do original, excetuando-se os casos previstos na cláusula 8.7;

6.4.8. Zelar para que a remoção de quaisquer equipamentos em operação, quando necessária, seja comunicada previamente ao Gestor do Contrato nomeado pela Câmara Municipal do Recife, como também os motivos da retirada, a previsão de retorno e a devolução para os locais de origem;

6.4.9. Garantir que todos os profissionais alocados para prestação de serviço à Câmara Municipal do Recife apresentem cartões de identificação profissional com fotografia e número de identidade, para que tenham acesso às dependências da Contratante;

6.4.10. Providenciar imediata substituição, ante a expressa manifestação escrita do Gestor do Contrato nomeado pela Câmara Municipal do Recife, de quaisquer de seus profissionais encarregados da execução dos serviços, que não corresponderem aos princípios éticos e morais nas dependências das unidades da contratante;

6.4.11. Garantir que todas as atividades sejam realizadas dentro dos padrões de qualidade, segurança e higiene, observando os requisitos da medicina do trabalho e prevenção contra incêndios;

6.4.12. Encaminhar, mensalmente, faturas com resumo dos valores relativos à prestação dos serviços de comunicação contratados;

6.4.13. Manter registro das atividades relacionadas ao desenvolvimento do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

6.4.14. Participar de reuniões periódicas com o Contratante para avaliação dos serviços prestados, apresentando soluções para os problemas detectados, adotando providências no sentido de superar eventuais deficiências verificadas na execução dos serviços.

6.5. Para racionalização do acompanhamento financeiro do contrato, a Contratada deverá emitir as faturas mensais para os respectivos serviços, observando as seguintes condições:

6.5.1. As faturas deverão ser emitidas até o dia 05 do mês subsequente ao período de prestação dos serviços, contendo resumo dos valores cobrados pelos serviços prestados;

6.5.2. As faturas deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal do Recife, com prazo para vencimento não inferior a 05 (cinco) dias úteis da data de seu vencimento;

7. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC LOCAL

O Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC LOCAL) possuirá as seguintes características:

7.1. Utilização de estrutura de comutação digital;

7.2. Disponibilidade do sistema acima de 99% do tempo de uso;

7.3. Toda atualização tecnológica de hardware e software da solução será ofertada sem custos adicionais ao Contratante.

7.4. Nos casos de manutenções corretivas, os chamados serão abertos diretamente pelos respectivos usuários;

7.4.1. Da contagem dos prazos: Os prazos serão contados a partir da abertura do chamado, que serão direcionados para número DDG a ser informado pela Contratada no ato da assinatura do Contrato, disponível 24 horas por dia, 07 dias da semana;

7.5. Cada ramal fixo instalado nessas unidades possuirá associado a si uma linha tronco da operadora, cadastrada junto à Anatel, na mesma localidade onde se encontra instalado fisicamente, objetivando garantir acessibilidade plena, para permitir que todos os ramais recebam ou façam ligações simultaneamente;

7.6. Os ramais receberão diretamente as chamadas originadas fora do sistema, sem a intermediação de telefonistas;

7.7. A Contratada responderá pelo serviço de comutação digital imprescindível ao complemento de todas as chamadas originadas ou recebidas pelos ramais da Central Virtual;

7.8. Deverá ser permitida a programação de bloqueio seletivo de chamadas, através da programação individual de qualquer um dos ramais, possibilitando ou não a realização de chamadas locais, para celulares, interurbanas e internacionais, além de bloquear o recebimento de chamadas a cobrar. Deverá ser possível facultar ao usuário programar o bloqueio/desbloqueio dessas funções através de senha individual por ramal;

7.9. Deverão ser disponibilizados sem custos adicionais, os seguintes serviços:

- Chamada em Espera;
- Consulta e Conferência;
- Função Chefe Secretária;
- Transferência em caso de “Não Responde”;
- Transferência em caso de “Ocupado”;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

- Cadeado Eletrônico;
- Linha Direta;
- Linha Executiva;
- Não Perturbe.

7.10. Todos os ramais permitirão a utilização de serviços de fax e internet discada.

7.11. Deverá ser disponibilizado sistema informatizado de acompanhamento de contas que, via internet e mediante cadastro prévio de usuário e senha, com garantia da preservação do sigilo das informações, possibilite o completo detalhamento dos valores cobrados. As informações deverão estar disponíveis no sistema imediatamente após o fechamento das faturas, possibilitando inclusive:

- 7.11.1 Detalhamento das chamadas efetuadas por unidade, agrupadas por tipo de chamada;
- 7.11.2 Formação de centros de custo;
- 7.11.3 Individualização, por ramal, das chamadas efetuadas nas demais unidades, etc.

7.12. Para os telefones fixos integrados, teremos as seguintes características:

7.12.1. As ligações originadas em telefones fixos integrados para os telefones fixos integrados, deverão ser feitas preferencialmente a 4 (quatro) dígitos, sem tarificação destas chamadas.

7.12.2. As ligações originadas em telefones fixos integrados para os telefones móveis, deverão ser feitas a 8 (oito) dígitos, com tarificação destas chamadas, conforme estimativa mensal de tráfego.

7.13. Para os acessos de banda larga do Serviço Fixo, teremos as seguintes características:

7.13.1. Garantia mínima de 10% da velocidade contratada.

7.14. SISTEMA INTEGRADO DE TELEFONIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

7.14.1. O Sistema Integrado de Telefonia da Câmara Municipal do Recife compreende, no âmbito do Município, a perfeita integração do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), com máxima flexibilidade e racionalização no uso dos serviços de comunicação, entre todos os ramais integrados do Sistema, sem custo de comunicação entre os diferentes endereços que compõe o sistema de telefonia fixa (STFC) da Câmara Municipal do Recife.

7.14.2. Todos os terminais fixos (STFC) instalados deverão fazer parte do sistema integrado, exceto os que, por alguma inviabilidade técnica devidamente justificada, não seja possível. Os endereços de instalação dos terminais fixos encontra-se do ANEXO V;

7.14.3. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

7.14.4. As especificações técnicas levam em conta todas as características apresentadas neste Edital e seus Anexos, cobrindo os serviços de telefonia fixa, integrados, e comunicação de dados para acesso a internet banda larga.

7.14.5. As solicitações de serviço emitidas pelo Gestor do Contrato, nomeado pela Câmara Municipal do Recife, deverão, obrigatoriamente, serem atendidas com observância dos tempos máximos abaixo apresentados:

Solicitação	Prazo máximo
Ativação de novos ramais fixos integrados	15 dias
Ativação de banda larga – fixo	15 dias
Desativação de ramais fixos	3 dias



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

Mudança externa de endereço de ramais fixos	15 dias
Reparo de linhas fixas	1 dia

7.14.6. Os prazos serão contados a partir do recebimento pela Contratada do comunicado oficial emitido pelo Gestor do Contrato, através de fax, e-mail ou outra forma que venha a ser convencionada entre os gestores da Contratada e do Contratante.

7.15. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC LDN

7.15.1. Ligações originadas de telefones fixos ou móveis, integrados ou não, para telefones fixos ou móveis em todo o território nacional.

7.15.2. Serviço executado, predominantemente, no horário de 08:00 hs às 17:00 hs.

8. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP

O Serviço Móvel Pessoal (SMP) possuirá as seguintes características:

8.1. Utilização de tecnologia GSM;

8.2. Possibilitar transmissão de dados – GPRS, EDGE, 3G ou superior;

8.3. Disponibilidade do sistema acima de 99% do tempo de uso;

8.4. Envio e recebimento de mensagens SMS.

8.5. A Contratada fornecerá os equipamentos necessários à ativação dos telefones móveis descritos no ANEXO II, na quantidade e características ali apresentadas, inclusive com a observância da evolução por demanda;

8.6. A Contratada se obriga a disponibilizar reserva técnica de aparelhos móveis, de modo a atender a eventuais necessidades, numa quantidade de 5% (cinco por cento) do total de aparelhos, para cada tipo de aparelho em operação, de acordo com as características descritas no ANEXO II;

8.7. A Contratada não ficará obrigada a substituir aparelhos que apresentarem defeitos comprovadamente ocasionados por mau uso, bem como nos casos de perda, furto ou roubo do equipamento, como também na ocorrência de incêndios e convulsões da natureza;

8.8. Forma de tarifação dos serviços SMP:

8.8.1 As ligações originadas em telefones móveis para os telefones fixos, deverão ser feitas a 8 (oito) dígitos, com tarifação destas chamadas, conforme estimativa mensal de tráfego.

8.8.2. As ligações originadas em telefones móveis para os telefones móveis no mesmo CNPJ, poderão ser feitas de forma abreviada ou poderão ser a 8 (oito) dígitos, sem tarifação destas chamadas.

8.8.3. As ligações originadas em telefones móveis para os telefones móveis, que não sejam do mesmo CNPJ, deverão ser feitas a 8 (oito) ou 9 (nove) dígitos, com tarifação destas chamadas, conforme estimativa mensal de tráfego.

8.9. Sistema de Gestão via WEB

8.9.1 Deverá ser disponibilizado sistema informatizado de acompanhamento que, via internet e mediante cadastro prévio de usuário e senha, com garantia da preservação do sigilo das informações, possibilite a gestão das linhas. O sistema deverá permitir:



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

- 8.9.1.1. A definição de valor a ser gasto por cada uma das linhas;
- 8.9.1.2. A inclusão imediata de créditos adicionais;
- 8.9.1.3. A possibilidade de bloqueios dos serviços GPRS, SMS, VC2, VC3, 0x00 e etc.
- 8.9.1.4. A criação de perfis possibilitando uma melhor gestão de grupos de usuários, com relação a gestão individual dos acessos.

8.9.2 Os serviços que, por limitação tecnológica ou necessidade de segurança de ativação/bloqueio não possam ser efetuados via internet, deverão ser disponibilizados através de uma central de atendimento, possibilitando assim a total gestão das linhas.

8.10. Para os acessos de banda larga do Serviço Móvel, teremos as seguintes características:

- 8.10.1. Acesso através de Mini Modems USB.
- 8.10.2. Acesso via GPRS, EDGE, 3G ou superior.
- 8.10.3. Garantia mínima de 10% da velocidade contratada.
- 8.10.4. Possuir IP válido e dinâmico de internet.
- 8.10.5. Possuir franquia mínima de 10 GB.

9. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS DE PACOTE DE DADOS PARA COMPUTADORES PORTÁTEIS (TABLETS)

9.1. Contratação de serviços de pacotes de dados com no mínimo 10Gb, para 60 (sessenta) computadores portáteis (Tablets), com tecnologia mínima 3G, para acesso ilimitado a Internet, incluindo período de garantia, conforme as especificações técnicas e demais condições que integram este termo de referência.

9.2. O Serviço de Pacote de Dados possuirá as seguintes características:

- 9.2.1. Utilização de tecnologia GSM;
- 9.2.2. Possibilitar transmissão de dados – 3G ou superior;
- 9.2.3. Disponibilidade do sistema acima de 99% do tempo de uso;
- 9.2.4. Envio e recebimento de mensagens SMS.

9.3. A Contratada fornecerá os equipamentos necessários à ativação dos tablets descritos no ANEXO II, na quantidade e características ali apresentadas, inclusive com a observância da evolução por demanda;

9.4. A Contratada se obriga a disponibilizar reserva técnica de dispositivos, de modo a atender a eventuais necessidades, numa quantidade de 5% (cinco por cento) do total contratado, de acordo com as características descritas no ANEXO II;

9.5. Forma de tarifação dos serviços SMP:

- 9.5.1. As ligações originadas em telefones móveis para os telefones fixos, deverão ser feitas a 8 (oito) dígitos, com tarifação destas chamadas, conforme estimativa mensal de tráfego.
- 9.5.2. As ligações originadas em telefones móveis para os telefones móveis no mesmo CNPJ, poderão ser feitas de forma abreviada ou poderão ser a 8 (oito) dígitos, sem tarifação destas chamadas.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

9.5.3. As ligações originadas em telefones móveis para os telefones móveis, que não sejam do mesmo CNPJ, deverão ser feitas a 8 (oito) dígitos, com tarifação destas chamadas, conforme estimativa mensal de tráfego.

9.4. Sistema de Gestão via WEB

9.4.1 Deverá ser disponibilizado sistema informatizado de acompanhamento que, via internet e mediante cadastro prévio de usuário e senha, com garantia da preservação do sigilo das informações, possibilite a gestão das linhas. O sistema deverá permitir:

- 9.4.1.1. A definição de valor a ser gasto ou consumo de minutos por cada linha;
- 9.4.1.2. A inclusão imediata de créditos adicionais;
- 9.4.1.3. A possibilidade de bloqueios dos serviços GPRS, SMS, VC2, VC3, 0x00 e etc.
- 9.4.1.4. A criação de perfis possibilitando uma melhor gestão de grupos de usuários, com relação a gestão individual dos acessos.

9.6. Para os acessos de banda larga do Serviço Móvel, teremos as seguintes características:

9.6.1. Garantia mínima de 10% da velocidade contratada.

9.6.2. Acesso via 3G ou superior.

9.6.3. Acesso através de Tablets com chip de dados.

9.6.4. Possuir IP válido e dinâmico de internet.

9.6.5. Possuir franquia mínima ilimitada.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA

Comprovação de que a proponente oferece cobertura de serviços de telefonia móvel celular em todas as regiões do território brasileiro, através de mapas de áreas de cobertura, bem como que se encontra habilitada a prestar os serviços objeto deste certame.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. QUANTO AO OBJETO DO CONTRATO:

- a) prover condições que possibilitem o início da prestação dos serviços em até 20 (vinte) dias, a contar da data de assinatura do contrato;
- b) manter nível adequado de funcionamento dos serviços;
- c) prestar manutenção no prazo máximo de 24h, quando ocorrerem problemas nos sinais de recepção e/ou transmissão;
- d) fornecer à Câmara Municipal do Recife, no prazo máximo de 24 h, após a assinatura do termo de contrato, manual dos serviços de telefonia móvel celular, na proporção de 01 (um) para cada linha efetivamente habilitada, que conterà, no mínimo:
 - d.1) regulamento do serviço;
 - d.2) informações necessárias ao bom uso do serviço;
 - d.3) Plano de Serviço Básico ou Alternativo ofertado;
 - d.4) como os valores do serviço são faturados;
 - d.5) explicações para o bom entendimento da conta de serviços.
- e) auxiliar a CONTRATADA junto à assistência técnica do fabricante quanto à substituição dos aparelhos, caso apresentem defeitos técnicos de fabricação dentro do prazo de garantia, com o



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

fornecimento de informações e documentos necessários para o perfeito atendimento da Câmara Municipal do Recife;

f) manter uma reserva de 5% de equipamentos e dispositivos, para substituir aqueles que apresentarem defeitos técnicos de qualquer espécie, por outro similar, bastando, para tanto, simples comunicação da Câmara Municipal do Recife, observando-se o prazo 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

g) em caso de perda ou roubo de aparelhos ou Mini Modems, a CONTRATADA se obrigar a repor os aparelhos ou Mini Modems de qualquer espécie, por outro similar, bastando, para tanto, simples comunicação da Câmara Municipal do Recife, observando o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação, com ônus para a CONTRATANTE;

h) substituir os aparelhos celulares a cada 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, sem qualquer ônus para a Câmara Municipal do Recife, caso haja solicitação da CONTRATANTE;

i) manter os mesmos números dos aparelhos já existentes na Câmara Municipal do Recife, utilizando-se do procedimento da portabilidade, conforme determinação da ANATEL, caso seja solicitado;

j) disponibilizar novas facilidades tecnológicas quanto ao serviço e equipamentos utilizados;

K) possibilitar aos usuários de telefones celulares da Câmara Municipal do Recife, na condição de assinante-viajante, receber a prestação do serviço móvel celular em redes de outras prestadoras de serviço, sujeitando-se, nessa hipótese, às condições de tarifas e preços, bem como às condições técnicas e operacionais por elas estabelecidas, de acordo com a regulamentação vigente, responsabilizando-se por todas as despesas pelo uso do sistema móvel celular em "roaming", que serão incluídas na conta de serviços que emitir;

l) prestar os serviços durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, através de serviço 0800 ou outro meio adequado;

m) dispor de profissionais treinados e capacitados para a prestação dos serviços;

n) guardar sigilo quanto a dados e informações que lhe forem fornecidos e que sejam necessários ao desempenho das atividades;

o) acatar as decisões e observações feitas pelo gestor do contrato;

p) detalhar nas contas relativas à cobrança dos serviços as ligações locais, nacionais, internacionais e de outros serviços;

q) fornecer, no prazo máximo de 48h, a partir da solicitação, os terminais e os acessos ao serviço *roaming* internacional;

r) assumir responsabilidades por *clonagens* ou outros tipos de fraudes, que porventura venham a ser identificadas nas linhas utilizadas, sem nenhum prejuízo para a Câmara Municipal do Recife.

11.2. QUANTO ÀS DEMAIS OBRIGAÇÕES:

a) responsabilizar-se pelos tributos, encargos sociais e trabalhistas e outros deveres decorrentes da relação de emprego dos executores designados para desempenhar os serviços a serem contratados;

b) manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) apresentar nota fiscal/fatura mensal consolidada, e demonstrativo individual de utilização dos serviços por terminal, com no mínimo as seguintes informações:

c.1) dia e horário em que foi utilizado o serviço;

c.2) duração da utilização do serviço;

c.3) número chamado, origem e destino, quando em roaming;

c.4) valor dos serviços, inclusive impostos;

d) indicar preposto, com a anuência da Câmara Municipal do Recife, para representá-la, sempre que for necessário, durante o período de vigência do Contrato;

e) responder pelos danos causados diretamente à Câmara Municipal do Recife e aos usuários dos serviços ou terceiros prejudicados, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara Municipal do Recife;

f) repassar à Câmara Municipal do Recife, durante o período de vigência do contrato que vier a ser celebrado, todos os preços e vantagens ofertadas ao mercado, inclusive os de horário reduzido,



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

sempre que esses forem mais vantajosos do que os ofertados na licitação. Caso os preços praticados pelo mercado se tornem inferiores aos contratados para o objeto da licitação, em condições similares, adequar os preços com vistas a torná-los compatíveis.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do termo de contrato até 31/12/2014, por força dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogado, a critério da administração, nos termos da lei.

13. PAGAMENTO

O pagamento dar-se-á, mensalmente, pelo Departamento de Finanças da Câmara Municipal do Recife, e será efetuado até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao vencido, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente atestada pela Assessoria Especial da 1ª. Secretaria da Câmara Municipal do Recife.

Recife, 25 de Março de 2014.

PAULO FARIAS NETO
Assessor Especial da Primeira Secretaria



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

ANEXOS



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

ANEXO I - ESTIMATIVA DE SERVIÇOS – STFC

SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC - LOCAL)

Serviço	Quantidade Mensal
Assinaturas Ramais Fixos Integrados	150
Chamadas Locais Fixo Integrado -> Fixo Integrado	15.000
Chamadas Locais Fixo Integrado -> Fixo (Extra – Grupo)	20.000
Chamadas Locais Fixo Integrado -> Móvel (Extra – grupo)	18.300
Acessos de Banda Larga Fixo (Mínimo de 1024 Kbps)	5
Mudanças de endereço de Ramal Fixo	20
Instalações de Ramal Fixo Integrado	150

SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO (STFC – LDN E LDI)

Com base no tráfego atual dos usuários de telefonia da Câmara Municipal do Recife, apresentamos a seguir a estimativa mensal de tráfego.

Serviço de LDN

Serviço	Quantidade Mensal (minutos)
Chamada Fixo – Fixo Degrau 1	150
Chamada Fixo – Fixo Degrau 2	350
Chamada Fixo – Fixo Degrau 3	150
Chamada Fixo – Fixo Degrau 4	150
Chamada Fixo – Móvel VC2	150
Chamada Fixo – Móvel VC3	75

Serviço de LDI

Serviço	Quantidade Mensal (minutos)
Mercosul e demais países da América do Sul	1
América Central	1
Estados Unidos e Canadá	1
Portugal	1
Espanha	1
França	1
Reino Unido	1
Alemanha	1
Demais países da Europa	1
Japão	1
Demais países	1



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

ANEXO II – ESTIMATIVA DE SERVIÇOS - SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP)

1.1. APARELHOS

- Para atendimento às necessidades de comunicação do Serviço Móvel Pessoal, deverão ser disponibilizados 3 (três) tipos de equipamentos, na tecnologia GSM, com as características mínimas abaixo apresentadas.

1.1.1. APARELHO TIPO 1:

Tecnologia GSM;
Mensagens SMS, MMS;
Tecnologia 3G ou superior;
GPS interno;
Cabo USB para transferência de dados;
Câmera traseira de, no mínimo, 8.0 megapixels integrada;
Câmera frontal de, no mínimo, 1.2 megapixels;
Gravação e reprodução de vídeo;
Conferência;
Toques MP3;
Viva-voz integrado;
Memória interna de 16 GB;
Alertas luminoso, sonoro, vibratório e vibratório + sonoro;
Navegador WEB;
Office (Editor de Textos, Planilha Eletrônica e Editor/Exibidor de apresentações gráficas);
Visualizador de PDF;
Comandos de voz;
Cliente de e-mail;
Visualização de arquivos de e-mail;
Bluetooth;
Download;
Acesso a Rede de Dados;
Java ou C++;
Carregador com capacidade de operação em tensões nominais variando entre 100 e 240 VAC;
Manual em Português.

1.1.2. APARELHO TIPO 2:

Tecnologia GSM;
Mensagens SMS, MMS;
Tecnologia 3G ou superior;
Cabo USB para transferência de dados;
Câmera de, no mínimo, 4.0 megapixels integrada;
Captura de vídeo;
Reprodução de vídeo;
Conferência;
Toques MP3;
Viva-voz integrado;
Suporte a cartão de memória;
Alertas luminoso, sonoro, vibratório e vibratório + sonoro;
Navegador WEB;
Office (Editor de Textos, Planilha Eletrônica e Editor/Exibidor de apresentações gráficas);
Visualizador de PDF;
Cliente de e-mail;
Visualização de arquivos de e-mail;
Comandos de voz;
Bluetooth;
Download;



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

Acesso a Rede de Dados;
Java ou C++
Carregador com capacidade de operação em tensões nominais variando entre 100 e 240 VAC;
Manual em Português.

1.1.3 APARELHO TIPO 3:

- Mini Modem USB 3G / EDGE / GPRS.

1.2. Na tabela abaixo está detalhado o quantitativo de aparelhos por tipo.

Aparelhos	Quantidade
Tipo 1	100 aparelhos
Tipo 2	80 aparelhos
Tipo 3	60 aparelhos

1.2.1. Apenas para as 180 (cento e oitenta) linhas de voz do Tipo 1:
Pacote de dados para acesso ilimitado à Internet, em áreas onde haja cobertura, com recurso de sempre ativo e com *e-mail* ilimitado.

1.2.2. Para as 60 (sessenta) linhas de dados do Tipo 3 (Mini Modems):

- suporte técnico para informações e resoluções de pequenos problemas;
- compatibilidade com todos os sistemas operacionais instalados nos computadores, portáteis (notebooks) ou de mesa (desktops);
- conexão e navegação à internet, através de placa de dados para acoplamento a computadores, à velocidade nominal média mínima de 1Mbps para locais com cobertura 3G.

1.2.3. Na hipótese de serem oferecidos, pela prestadora, outros serviços não previstos neste Termo de Referência, a Câmara Municipal do Recife poderá optar pelo fornecimento dos mesmos, após a celebração de termo aditivo.

1.3. A Contratada deverá disponibilizar um *portfólio* com, no mínimo, 03 (três) modelos diferentes de aparelhos de, no mínimo, 02 (duas) marcas distintas de fabricantes, para os usuários dos aparelhos do Tipo 1 e com, no mínimo, de 03 (três) modelos diferentes de aparelhos de, no mínimo, 02 (duas) marcas distintas de fabricantes, para os usuários dos aparelhos do Tipo 2.

1.4. Os aparelhos deverão ser novos e originais de fábrica, de primeiro uso, não reconicionados e de última geração tecnológica.

1.5. As estações móveis deverão funcionar em *roaming* nacional nas áreas de serviços listadas abaixo:

Área 2 = Estado de São Paulo.

Área 3 = Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Área 4 = Estado de Minas Gerais

Área 5 = Estados do Paraná e Santa Catarina

Área 6 = Estado do Rio Grande do Sul

Área 7 = Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Distrito Federal

Área 8 = Estados do Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão

Área 9 = Estados da Bahia e Sergipe

Área 10 = Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas

1.6. As estações Móveis Celulares deverão ser registradas na área 10 (estado de Pernambuco), com utilização do prefixo 81;

1.7. Decorrido 1 (hum) ano da contratação, em havendo renovação do Contrato, a Contratada deverá apresentar novo *portfólio* de aparelhos, atualizados tecnologicamente, para escolha da Contratante, nas mesmas condições referenciadas no item 4.5 acima.

1.8. O perfil mensal de tráfego das ligações telefônicas efetuadas, especificado neste Termo de Referência, servirá tão somente de subsídio às empresas interessadas na formulação das propostas e na indicação do percentual de desconto a ser ofertado, na análise e aferição da proposta mais vantajosa.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

1.9. O Perfil do tráfego anual estimado, em minutos, com relação às ligações originadas dos telefones celulares em utilização pela Câmara Municipal do Recife em Pernambuco, considerando o quantitativo de 160 (cento e sessenta) terminais, é o seguinte:

Perfil de tráfego

Item	Serviço	Quantidade	Quantidade/Ano
1	Chamadas VC1 M/F	Minutos	20.000
2	Chamadas VC1 M/M	Minutos	40.000
3	Chamadas VC1 M/M (IG)	Minutos	20.000
4	Chamadas VC1 M/M (FG)	Minutos	13.000
5	Chamadas VC2 e VC3 M/F	Minutos	10.000
6	Chamadas VC2 e VC3 M/M	Minutos	20.000
7	Chamadas VC2 e VC3 M/M (IR)	Minutos	10.000

Obs. O perfil de tráfego indicado não se constitui em qualquer compromisso futuro para a Câmara Municipal do Recife.

ANEXO III – ESTIMATIVA – PACOTE DE DADOS PARA COMPUTADORES PORTÁTEIS (MINI-MODENS)

1. Serviço

Tipo	Unidade	Quantidade Mensal
Pacote de Dados para acesso à Internet, com mínimo de 10Gb de dados	Ilimitado	60

ANEXO IV – ESTIMATIVA – PACOTE DE DADOS PARA COMPUTADORES PORTÁTEIS (TABLETS)

1. Serviço

Tipo	Unidade	Quantidade Mensal
Pacote de Dados para acesso à Internet, com mínimo de 10Gb de dados	Ilimitado	60

ANEXO V - PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

1. DAS CONDIÇÕES BÁSICAS

1.1. A proposta de preços apresentada pela empresa participante do certame deverá conter:

1.1.1. Razão Social, Endereço e CNPJ;

1.1.2. Prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias;



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

1.1.3. Declaração de que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, impostos, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais trabalhistas/previdenciários, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado;

1.1.4. A Proposta deverá fazer referência a este Pregão;

1.1.5. Cotação de preços em moeda corrente nacional, expressa em algarismo e por extenso, conforme planilhas adiante:

PLANILHA LOTE 1 – SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC

<u>LOTE 1 - SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC</u>					
Serviços		Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal	Total Anual
		[A]	[B]	[C] = [A] x [B]	[C] x 12
1	Assinaturas Ramais Fixos Integrados	150			
2	Chamadas Locais Fixo Integrado -> Fixo Integrado	15000			
3	Chamadas Locais Fixo Integrado -> Fixo (Extra - Grupo)	20000			
4	Chamadas Locais Fixo Integrado -> Móvel (Extra - Grupo)	18300			
5	Acessos de Banda Larga Fixo (Mínimo de 1024 Kbps)	5			
6	Mudanças de Endereço de Ramal Fixo	20			
7	Instalações de Ramal Fixo Integrado	150			
SUBTOTAL [1]					

<u>TELEFONIA FIXA - STFC - LDN</u>					
Serviços		Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal	Total Anual
		[A]	[B]	[C] = [A] x [B]	[C] x 12
1	Chamada Fixo - Fixo - Degrau 01	150			
2	Chamada Fixo - Fixo - Degrau 02	350			
3	Chamada Fixo - Fixo - Degrau 03	150			
4	Chamada Fixo - Fixo - Degrau 04	150			
5	Chamada Fixo - Móvel VC 2	150			
6	Chamada Fixo - Móvel VC 3	75			
SUBTOTAL [2]					



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

TELEFONIA FIXA - STFC - LDI					
Serviços		Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal	Total Anual
		[A]	[B]	[C] = [A] x [B]	[C] x 12
1	Mercosul e demais países da América do Sul	1			
2	América Central	1			
3	Estados Unidos e Canadá	1			
4	Portugal	1			
5	Espanha	1			
6	França	1			
7	Reino Unido	1			
8	Alemanha	1			
9	Demais países da Europa	1			
10	Japão	1			
11	Demais países	1			
SUBTOTAL [3]					

TOTAL DO LOTE 01 = [1] + [2] + [3]

PLANILHA LOTE 2 – SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP (Aparelhos em Regime de Comodato)

ESTE LOTE NÃO SERÁ LICITADO

LOTE 2 - SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP (Aparelhos em Regime de Comodato)						
Serviços		Unidade	Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal	Total Anual
			[A]	[B]	[C] = [A] x [B]	[D] = [C] x 12
1	Assinatura básica mensal de linha celular digital (Aparelhos tipo 1 e 2)	Unidade	180			
2	Pacote de dados para acesso à Internet e e-mails (Aparelhos tipo 1 e 2)	Ilimitado	180			
3	Serviços de gestão de linha celular digital (Aparelhos tipo 1 e 2)	Unidade	01			
4	Serviços Tarifa Zero (IG)	Ilimitado	180			
5	Adicional por chamada	Minutos	584			
6	Chamadas VC1 M/F	Minutos	20000			
7	Chamadas VC1 M/M	Minutos	40000			



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

8	Chamadas VC1 M/M (IG)	Minutos	20000			
9	Chamadas VC1 M/M (FG)	Minutos	13000			
10	Chamadas VC2 e VC3 M/F	Minutos	10000			
11	Chamadas VC2 e VC3 M/M	Minutos	20000			
12	Chamadas VC2 e VC3 M/M (IR)	Minutos	10000			
13	Pacote de dados para acesso à Internet e e-mails com no mínimo 10Gb (Mini-modem)	Ilimitado	60			
14	Pacote de dados para acesso à Internet e e-mails com no mínimo 10Gb (Tablets)	Ilimitado	60			
TOTAL DO LOTE 2 =						

Os modelos de aparelhos fornecidos, em regime de Comodato, nesta proposta são:

Para os aparelhos do Tipo 1 (ver características no Anexo II):

100 (cem) aparelhos da marca _____ - modelo _____ ; ou
100 (cem) aparelhos da marca _____ - modelo _____ ; ou
100 (cem) aparelhos da marca _____ - modelo _____ .

Para os aparelhos do Tipo 2 (ver características no Anexo II):

80 (oitenta) aparelhos da marca _____ - modelo _____ ; ou
80 (oitenta) aparelhos da marca _____ - modelo _____ ; ou
80 (oitenta) aparelhos da marca _____ - modelo _____ .

ANEXO V – LISTA DE ENDEREÇOS DA CAMARA MUNICIPAL DO RECIFE

1.1. A lista a seguir representa os atuais usuários do sistema de telefonia fixa da Câmara Municipal do Recife e sua demanda a qual pode ser alterada a qualquer momento com o prévio aviso ao Contratado.

Local	Endereço	Quantidade
PRÉDIO SEDE	Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista	100
ANEXO I	Rua da União, 273 – Boa Vista	15
ANEXO II	Rua Monte Castelo, 131 – Boa Vista	15
ANEXO III	Rua Monte Castelo, 166 – Boa Vista	20

Recife, 25 de Abril de 2014.

PAULO FARIAS NETO
Assessor Especial da Primeira Secretaria



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 013/2014/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014**

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____ possui os requisitos necessários para habilitação no processo licitatório instaurado na modalidade Pregão Eletrônico nº 01/2014.

Local, de de 2014.

(Assinatura do Licitante ou do representante legal)



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 013/2014/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014**

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA
(EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

Declaro, sob as penas da lei, que inexistem fatos impeditivos supervenientes, que inabilitem a empresa _____, a participar de processos licitatórios ou contratar com os órgãos públicos da Administração Direta/Indireta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e de Sociedades de Economia Mista, Federais Estaduais e Municipais.

Local, de de 2014.

(Assinatura do Licitante ou do representante legal)



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

**PROCESSO Nº 013/2014/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGO DE MENORES

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa _____, Inscrição Estadual nº _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida no endereço _____, não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como que não emprega menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local, ____ de _____ de 2014.

(representante da empresa e carimbo CNPJ)



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

PROCESSO Nº 013/2014/SCG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA, TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, REDES DE DADOS E INTERNET, PACOTES DE DADOS PARA COMPUTADORES MÓVEIS PORTÁTEIS (TABLETS) E LINHAS DE DADOS (MINI MODEMS), QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE E _____, NA FORMA ABAIXO.

A **CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**, órgão do Poder Legislativo do Município do Recife, com sede à Rua Princesa Isabel, nº 410, nesta cidade do Recife/PE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.903.189/0001-34, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Presidente, Vereador **VICENTE MANOEL LEITE ANDRÉ GOMES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 101.901.554-34, portador da cédula de identidade nº 902.150/SSP-PE, residente e domiciliado nesta cidade e pelo Primeiro Secretário, Vereador **AUGUSTO JOSÉ CARRERAS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 660.487.884-87, portador da cédula de identidade nº 3.616.845-SSP/PE, residente e domiciliado nesta Cidade, e a Empresa _____, com sede na _____, bairro, Cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, <nacionalidade>, <estado civil>, <profissão>, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ <órgão expedidor>, residente e domiciliado na cidade de _____, celebram o presente Contrato, vinculado ao Processo Administrativo nº 013/2014/SCG, instaurado na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2014**, tudo de conformidade com as disposições constantes das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, mediante as cláusulas e condições que mutuamente outorgam e estabelecem na forma adiante articulada.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de Serviços de Telefonia Fixa Comutada (Local e Longa Distância) – STFC integrados por Central Telefônica Virtual; contratação de serviços de Móvel Pessoal – SMP, com tecnologia GSM (Global System for Mobile Communications) local (VC1) e longa distância (VC2 e VC3), no sistema digital pós-pago, através de plano empresarial, com a disponibilização de estações móveis (aparelhos), redes de dados e Internet, de acordo com as normas e regulamentos específicos aplicáveis aos serviços, pelos contratos ou termos de concessão, permissão ou autorização celebrados entre as prestadoras dos serviços e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; contratação de serviços de pacotes de dados para computadores móveis portáteis (Tablets); contratação de linhas de dados (Mini Modems), com tecnologia mínima 3G, para acesso ilimitado a Internet, através de notebooks, disponibilizados pela CONTRATANTE, para a Câmara Municipal do Recife, tudo de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Edital, bem como na Proposta de Preços da CONTRATADA, que constituem partes integrantes do presente Contrato e ao qual se acham indissolúvelmente vinculados, independentemente de sua transcrição neste instrumento.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Pelo prestação dos serviços objeto deste Contrato a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total mensal de R\$ _____ (xxxxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ _____ (xxxxxxxxx) para o período de 12 (doze) meses, conforme planilha de custos, parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será efetuado mensalmente pelo Departamento de Finanças de conformidade com o estabelecido na planilha constante do Anexo I do Edital e com a apresentação de relatório, devidamente atestado pela Assessoria Especial da 1ª. Secretaria.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento fica condicionado à apresentação, pela CONTRATADA, ao Departamento de Finanças da CONTRATANTE, dos documentos abaixo relacionados, relativo ao mês anterior ao da prestação de serviços:

- a) Apresentação de documentação que comprove sua regularidade com Seguridade Social (INSS) e com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) Guia de recolhimento do ISS e
- c) cumprimento de todas as obrigações acessórias com as Fazendas Municipal, Estadual e Federal, inclusive GFIP (Previdência Social)

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os valores contratuais poderão ser reajustados de acordo com os aumentos determinados pelo órgão regulador do Governo Federal (ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações), após o decurso de prazo mínimo de 12 (doze) meses do início deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos alocados para a execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 01. 01. 2.001 3.3.90.39, mediante Nota de Empenho nº 2014._____, emitida em ___/___/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além das disposições previstas no Termo de Referência constante deste processo, bem como na Lei Federal nº 8666/93:

- 5.1 – fornecer os produtos e serviços em total conformidade com o disposto no presente Edital e Anexos, conforme autorização e orientação da Assessoria Especial da 1ª. Secretaria da Contratante;
- 5.2 – indenizar a CONTRATANTE por quaisquer prejuízos a ela causados em decorrência da não observância do disposto no Contrato;
- 5.3 – manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.4 – manter preposto, indicado na proposta e aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do contrato, informando, previamente, eventuais mudanças e indicando o substituto;
- 5.5 – reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
- 5.6 – assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE COMISSÃO DE PREGÃO

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE, além das disposições previstas no Termo de Referência constante deste processo, e na Lei Federal nº 8666/93:

6.1 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o objeto do Contrato, através da Assessoria Especial da 1ª. Secretaria;

6.2 - Efetuar o pagamento em observância à forma estipulada na Cláusula Segunda deste instrumento.

6.3 - Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA e, pertinentes ao objeto do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, formalizadas previamente por Termo Aditivo, que passará a integrar este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou reduções do serviço em até vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução dos serviços será acompanhada pela Assessoria Especial da 1ª. Secretaria da CONTRATANTE, que deverá, após conferir e aprovar, atestar as faturas referentes ao fornecimento dos equipamentos e serviços, objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela infringência a qualquer das cláusulas aqui ajustadas, bem como aos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e, notadamente, quando atestar o objeto deste contrato, a CONTRATANTE verificar incorreções resultantes da execução dos serviços, será aplicada multa contratual correspondente a 10% (dez por cento) do preço total deste contrato, assegurada a prévia defesa, devendo o respectivo valor ser recolhido pela CONTRATADA ao Departamento de Finanças da CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação da penalidade, sem prejuízo da rescisão por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste Contrato dará ensejo à sua rescisão, assegurada a ampla defesa e observadas as disposições deste Contrato e da Lei nº 8.666/93, notadamente nos artigos 77 a 80, sem prejuízo das demais penalidades determinadas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A prestação dos serviços, objeto do presente Contrato, será efetuado na forma de execução indireta, sob o regime menor preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS

Faz parte integrante deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, devidamente rubricados pelas partes: o Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2014 e seus Anexos, o Termo de Homologação, o Termo de Adjudicação e a Proposta da CONTRATADA.



**CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE PREGÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade do Recife, Comarca da Capital do Estado de Pernambuco, como o competente para dirimir as questões suscitadas na execução deste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um único efeito de direito, juntamente com as testemunhas abaixo subscritas, sendo a seguir registrado em livro próprio da Procuradoria Legislativa, conforme dispõe o art. 60 da Lei Federal nº 8.666/93.

Recife, de de 2014.

VICENTE MANOEL LEITE ANDRÉ GOMES
Presidente da Câmara Municipal do Recife
CONTRATANTE

**AUGUSTO JOSÉ CARRERAS
CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE**
Primeiro Secretário da Câmara Municipal do Recife
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

<nome da empresa>

CONTRATADA

Procuradoria Legislativa

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF/MF nº _____

2. _____

CPF/MF nº _____